

Fisiologia econômica e virtudes cívicas

MARCELO DE PAIVA ABREU*

O recente processo de discussão e votação das reformas econômicas no Brasil mostrou um grau extremamente elevado de fisiologismo da classe política, até mesmo entre os setores ditos modernos da coalizão governamental. A cada passo constata-se a prevalência de interesses particulares sobre os coletivos, frequentemente em detrimento da razão. De outro modo, como seria possível, por exemplo, explicar a insensibilidade parlamentar quanto à inviabilidade das regras atuais de aposentadoria pública e privada? Ou a lógica de destinar parte dos recursos resultantes da privatização de empresas estatais aos Estados onde operam? A lista de impropriedades e equívocos é muito longa.

É razoável, a esta altura da partida, que se busquem nas raízes nacionais explicações para comportamentos que contribuem de forma tão poderosa para que se perpetuem mazelas que pareceriam contornáveis à luz da experiência de outras economias. A experiência brasileira de longo prazo reforça a interpretação que dá ênfase à apropriação privilegiada de benefícios distribuídos pelo Estado, como característica fundamental do modelo brasileiro. O Estado cartorial assumiu novas formas nos últimos 60 anos, mas a extração de rendas da escassez associadas à exploração de poder de mercado, ou poder *tout court*, continuou sendo o pilar do sistema.

A leitura do livro de Robert Putnam e associados, intitulado *Making Democracy Work – Civic Traditions in Modern Italy* (Princeton, 1993), sugere elementos adicionais importantes para a compreensão das raízes do processo de falência de jogos cooperativos na experiência brasileira. Seu ponto de partida é a comparação dos resultados da implementação da reforma regional italiana de 1970 em diferentes regiões. A conclusão é que o desempenho institucional, medido por critérios que vão desde estabilidade diretiva à capacidade de resposta da burocracia, foi superior em certas regiões do Norte (Emília, Úmbria, Toscana, Piemonte, Lombardia) e abominável no Sul (Sicília, Calábria, Campanha, Basilicata).

Que razões explicariam esses contrastes? É aí que entram as virtudes cívicas, com raízes em Maquiavel e Tocqueville. A cidadania em uma comunidade cívica é baseada na participação nos assuntos de interesse público, esteio da governabilidade democrática. As regiões italianas de bom desempenho são aquelas nas quais há maior tradição de virtudes cívicas, cuja importância é indicada por maior vida associativa, maiores índices de comparecimento a eleições e menores índices de voto preferencial (isto é, designando candidato, e não apenas o partido de sua preferência) e maior índice de leitura de jornais. O maior desenvolvimento da comunidade cívica no Norte já é indicado pela maior incidência de associações esportivas: uma para 377 no Vale de Aosta, no Piemonte, comparada a uma para 1.847 na Puglia. No caso de associações não esportivas – de lazer, culturais, musicais, técnicas, econômicas, de serviços sociais –, os contrastes são ainda maiores: 1.050 no Trentino-Alto Adige, 13.100 na Sardenha. É na discussão das raízes históricas (que explicaria a presença ou ausência de virtudes cívicas) que há maior relevância para o Brasil. Contrasta-se o legado de virtudes cívicas das repúblicas comunais do norte da Itália medieval com a tradição autocrática e centralizadora do sul. No

Norte, multiplicaram-se associações de vizinhança, fraternidades de cunho religioso e assistencial, partidos político-religiosos. A partir do Risorgimento, no século passado, houve uma nova onda de criação de associações cívicas de todo tipo. No Sul, sob o controle dos grandes proprietários de terras, o marasmo era dominante. No lamento de um autor contemporâneo da unificação italiana, ao comentar o Mezzogiorno: “Sente-se demais o eu e de menos o nós”.

A reversão da sistemática ênfase nos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos depende crucialmente de bom governo. Em última instância, bom governo depende de virtudes cívicas. Há indícios, no Brasil, de grande melhoria de desempenho de governos locais em decorrência de mudanças significativas nos padrões de mobilização cívica, especialmente no nível municipal. Estas tendências devem ser estimuladas, mas, em contraste com a Itália, no caso brasileiro a educação ganha preponderância absoluta sobre outras condições necessárias ao desenvolvimento de virtudes cívicas. A transformação do Brasil em uma sociedade mais rica e menos desigual depende de mobilização nacional sustentada e de longo prazo para a melhoria e ampliação das oportunidades educacionais. O desafio é enorme, pois um dos elementos marcantes da tradição brasileira é a aversão a gastos cujo resultado não possa ser percebido nos limites temporais do mandato de quem gasta, e educação é investimento de longo prazo de maturação. Finalmente, é a própria preservação da democracia que depende da redução de desigualdades. Nas palavras de Maquiavel, ao considerar as virtudes cívicas como pré-condição para a estabilidade do governo republicano: “Onde reina a igualdade não pode haver principado; onde não há igualdade, não pode haver república”.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.